

200 docentes podem ter subida de salário

Os trabalhadores do ensino superior que, por efeitos do congelamento que ocorreu entre 2011 e final de 2018, tenham ido a concurso mas não tenham mudado de posição remuneratória, verão agora esse direito reconhecido.

De acordo com as propostas do PCP e do PSD aprovadas esta segunda-feira no Parlamento os “trabalhadores” cujo salto remuneratório foi travado pelas limitações decididas pelo programa de ajustamento, “retomam agora o normal desenvolvimento da sua carreira e são colocados no índice remuneratório devido segundo os estatutos da carreira em vigor”.

Na exposição de motivos o PSD explica que se pretendem corrigir injustiças entre docentes.

Ao Negócios, Gonçalo Velho, do Sindicato Nacional do Ensino Superior, confirma que os professores que progrediram por concurso entre 2011 e final de 2018 “não foram reposicionados no salário, tendo continuado com o mesmo vencimento. “Primeiro porque as progressões estiveram congeladas e depois porque houve uma interpretação das instituições que só aqueles que vencessem concursos após 2019 é que teriam direito a isso”. O mesmo não aconteceu com os professores que passaram por concursos após 2019.

Agora, os cerca de 200 professores que, nas contas dos sindicatos, ficaram para trás, “vão poder ser reposicionados nos salários correspondentes à categoria em que exercem funções”, corrigindo-se, para Gonçalo Velho, “uma das principais injustiças” no ensino superior.

O problema que se mantém é o do pagamento de retroativos, que na opinião do dirigente sindical as normas aprovadas não vêm garantir. ■ SP/CAP

